

**LEI Nº 4.448, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025**

**Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº  
3.955, de 18 de fevereiro de 2021.**

**ELVIS LEONARDO CEZAR**, Prefeito do Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santana de Parnaíba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** O art. 1º da Lei nº 3.955, de 18 de fevereiro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º .....

§1º Para a implantação do programa a quantidade de vagas a serem criadas deverá corresponder até 5% (cinco por cento) do total de servidores públicos municipais.

§2º .....

§ 3º Após a apuração da quantidade de cidadãos que serão inseridos no programa na forma do § 1º deste artigo, deverá haver a reserva de 5% (cinco por cento) do total para os cidadãos com deficiência e que preencham os requisitos do art. 2º desta Lei.

§ 4º Decreto municipal regulamentará percentual de reserva de vagas para participação neste Programa de cidadãos que estejam inseridos em outros programas municipais voltados à educação, tal como: “Fábrica de Programadores”, o qual visa à formação tecnológica e ao desenvolvimento de competências em tecnologia da informação.” (NR)

**Art. 2º** O art. 2º da Lei nº 3.955, de 18 de fevereiro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º O Programa de que trata esta Lei será direcionado a cidadãos com idade entre 14 (catorze) e 20 (vinte) anos, e que atendam às seguintes condições:

.....  
III - comprovar ser residente no Município há pelo menos 12 meses.” (NR)

**Art. 3º** O art. 4º da Lei nº 3.955, de 18 de fevereiro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º O Programa será ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a 02 (dois) anos, em que a Administração Pública Municipal se compromete a oferecer ao cidadão inscrito atividades práticas que sejam compatíveis com sua formação técnico-profissional compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o cidadão se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.” (NR)

**Art. 4º** O art. 12 da Lei nº 3.955, de 18 de fevereiro de 2021, passa a vigorar com o acréscimo dos seguintes dispositivos:

“Art. 12. ....

.....  
III - instituições de ensino técnico ou profissionalizante, públicas ou privadas, devidamente reconhecidas pelo sistema oficial de ensino;

IV - entidades sem fins lucrativos que desenvolvam programas de qualificação profissional ou iniciação ao trabalho, com metodologia formativa estruturada, devidamente cadastradas nos conselhos de políticas públicas competentes;

V - centros públicos ou conveniados de formação profissional que ofertem cursos voltados ao desenvolvimento técnico ou socioeducativo de adolescentes e jovens.” (NR)

**Art. 5º** O art. 14 da Lei nº 3.955, de 18 de fevereiro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 14. A gestão do programa instituído por esta Lei ficará a cargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, auxiliada pela Secretaria Municipal de Administração.” (NR)

**Art. 6º** O art. 15 da Lei nº 3.955, de 18 de fevereiro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 15. O Poder Executivo regulamentará a forma de seleção dos participantes, que será realizada por meio de processo público e transparente, contendo critérios objetivos, edital público e ampla publicidade, assegurando igualdade de condições a todos os interessados e dará outras providências.” (NR)

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santana de Parnaíba, 17 de dezembro de 2025.

  
**ELVIS LEONARDO CEZAR**  
Prefeito Municipal

Arquivada em pasta própria no local de costume na data supra.

  
**Veronica Mutti Calderaro Teixeira Koishi**  
Secretária Municipal de Negócios Jurídicos

